

## **Política de Extensão Acadêmica da Fundação**

**Oswaldo Cruz**

**TEXTO EM ELABORAÇÃO.**

**Não use como documento oficial**

**Abril 2025**

## 1) Definição

A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e, entre outras ações existentes, viabiliza a relação transformadora entre a Fiocruz e a Sociedade. Esse conceito adotado pela Fiocruz se baseia na definição de extensão universitária do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX):

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012).

E na missão da Fiocruz:

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais (Estatuto da Fiocruz, 2022).

Considerando a natureza técnico-científica-educacional da Fiocruz, seu foco na formação para o SUS e para o Sistema de CT&I e sua distinção de uma instituição de ensino superior, é preciso que o conceito de Extensão Universitária seja readequado à nossa missão institucional.

Destaca-se nesta Política a importância da construção de um conhecimento ampliado por meio de ações que possibilitem a troca de saberes entre diferentes segmentos da sociedade, entendendo a Fiocruz como um destes segmentos. São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à Fiocruz e que estejam vinculadas à formação do(a) estudante. Devem

estar articuladas com as necessidades das comunidades dos diferentes territórios, interagindo na busca de soluções que melhorem a realidade social, criando um canal de diálogo permanente com a sociedade, entendida como um amplo fórum composto de segmentos organizados da sociedade civil, órgãos governamentais e empresas públicas ou privadas, sob a forma de programas, projetos, prestação de serviços, cursos e eventos.

A Extensão na educação superior brasileira é definida, conforme Resolução do CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), como a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino e pesquisa, e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento. Portanto, a extensão não se coaduna com o assistencialismo, à intervenção pontual em relação aos problemas sociais, ou à atividade acadêmica no interior da instituição isolada da realidade social e suas especificidades. É um meio de interlocução entre a sociedade e a instituição de ensino e pesquisa, trazendo as demandas da comunidade e os desafios de desenvolvimento e de equidade do país para o centro da pesquisa e deste para a sociedade. Assim, a instituição e a comunidade compartilham saberes, ampliam conhecimentos e promovem a interdisciplinaridade para o enfrentamento dos problemas sociais e a transformação positiva dos processos de determinação social. O objetivo da ação de extensão deve ser dar protagonismo aos estudantes e às comunidades externas à instituição acadêmica, tendo seus docentes como orientadores das ações. Sublinha-se que essas atividades

extensionistas devem atender às premissas conceituais estabelecidas pelas normativas e que sejam institucionalizadas nas instâncias pertinentes.

### **Referencial teórico para a construção da política**

Proposições formativas estão sempre embasadas por linhas filosóficas e educativas. Neste sentido, é importante definirmos o referencial teórico em que essa política está embasada.

Considerando o projeto político pedagógico da Fiocruz, e a necessidade de entender o programa de extensão acadêmica como um meio de troca de saberes, é crucial que nos embasemos na concepção freiriana de que a educação é dialógica, política e visa entender nosso lugar no mundo para que possamos, em conjunto, transformá-lo (Freire, 1987). Estes encontros academia-sociedade se dão dentro de um contexto de mundo altamente complexo, que exige uma compreensão crítica de mundo, não só centrada no ser humano e sua diversidade, mas que também considere o respeito ao meio ambiente como condição para nossa existência (Morin, 2000).

Ao falar de diversidade, deve ser considerado que a sociedade e a ciência brasileira (e do Sul-global) foi construída a partir de um ideal colonialista euro-centrado, que provocou o epistemicídio de vários saberes tradicionais, construídos por nossos povos originários (indígenas) e pelos africanos, que trouxeram conhecimentos sobre várias áreas e tecnologias, como a matemática, por exemplo. Muitos desses conhecimentos foram cooptados e alguns apagados, em nome de um suposto saber mais "evoluído, melhor e civilizatório" (Schwarcz, 1993). É urgente a necessidade de descolonizar a academia e a sociedade, valorizando saberes e pedagogias ancestrais

(Rufino, 2015) e se apropriando da concepção spivakiana de que o subalterno (neste caso, a sociedade) tem sua própria voz. Em decorrência, o meio social não deve ser só um objeto de estudo, mas fazer parte também como mentor intelectual do desenho e desenvolvimento dos estudos (Spivak, 2010). Como diz Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, devemos pensar em envolvimento no lugar de desenvolvimento. Assim unimos os saberes, sem hierarquizá-los para transformar a realidade social e garantir às pessoas o direito à vida e à cidadania.

*“Aprender mesmo a gente aprende quando o saber não é mercadoria. Quando é com mestres e mestras, eles não cobram. Eles ensinam para manter o conhecimento vivo. Quando você compartilha o saber, o saber só cresce. É como as águas que ‘confluenciam’. Quando o rio encontra o outro rio, ele não deixa de ser rio. Ele passa a ser um rio maior.”* Pensador quilombola Mestre Antônio Nêgo Bispo (1959-2023)

Por fim, reforçamos a necessidade de todo o programa de extensão estar baseado em uma conduta ética que respeite os princípios metodológicos científicos, sem prejuízo à valorização dos saberes populares (Cesse e Souza, 2024). O [Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz](#) deve ser um balizador dessa conduta.

## **2) Diretrizes definidas na Política Nacional de Extensão Universitária aplicadas à formação para o SUS e para o sistema de CT&I**

A Política de Extensão Acadêmica da Fiocruz deve se basear nos mesmos alicerces da Política Nacional de Extensão Universitária, conforme descrito abaixo:

- *Interação Dialógica,*

- *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade,*
- *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,*
- *Impacto na formação das pessoas que estudam na Fiocruz, e*
- *Impacto e Transformação Social.*

Ainda que os alicerces sejam os mesmos, a concepção das diretrizes assume características próprias quando aplicadas à realidade da Fiocruz.

- 1) *Interação Dialógica* - A diretriz orienta o desenvolvimento de relações entre a Fiocruz e setores sociais, marcadas pelo diálogo, troca e construção de novos saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais, reconhecendo inclusive a ciência cidadã, desenvolvida fora dos muros acadêmicos. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade” ou pela Fiocruz, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo e socialmente relevante, tendo as políticas públicas como um dos focos de análise, discussão e melhoria contínua. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social, para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática e para a popularização da Ciência. Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Fiocruz para a sociedade e da sociedade para a Fiocruz. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula,

também contribuem com a produção de conhecimento. Eles também oferecem à Fiocruz os saberes construídos em sua prática cotidiana, em pesquisas, sobre seus territórios, em seu fazer profissional ou vivência comunitária. Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de métodos que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-acadêmicos em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Fiocruz. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz *Interação Dialógica* atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Formativa.

- 2) *Transdisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* - É um truísmo dizer que a realidade social é complexa, mas talvez não o seja ao argumentar que qualquer intervenção ou ação destinada a alterá-la deve levar em conta essa complexidade sob pena de se tornar estéril ou ineficiente. Por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holísticas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a serem generalistas e universais, e visões especializadas destinadas a tratar especificidades, mas descoladas do todo. A diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização

e visão holística pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Acadêmica a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

- 3) *Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão* - A diretriz reafirma a Extensão Acadêmica como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca estudantes como protagonistas de sua formação técnico-científica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Acadêmica, a todos os envolvidos; por exemplo, estudantes, professores, técnicos administrativos, profissionais de saúde, pacientes, pessoas das comunidades, discentes de outras Universidades ou institutos de pesquisa e do ensino médio. Dessa maneira, emerge um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. “Sala de aula” são todos os espaços, dentro e fora da academia, em que se aprende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas

dimensões e facetas. O eixo pedagógico clássico “estudante - professor” é substituído pelo eixo “estudante - professor - comunidade” em que os movimentos de aprendizagem operam em mão-dupla, construindo redes de produção de conhecimento e tecnologias.

O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante da construção do processo. Dessa forma, ele se torna também tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor. Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a academia e a sociedade.

Visando à produção de conhecimento, a Extensão Acadêmica sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é

preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do 'arsenal' analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais. Ainda no âmbito da relação Extensão - Pesquisa, esta propugna fortemente o desenvolvimento de dois processos na vida acadêmica.

O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento - a Extensão Acadêmica - pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo processo que aqui se defende é o desenvolvimento de produtos a partir das atividades de Extensão, sejam eles acadêmicos, educacionais, técnicos-tecnológicos ou produtos artísticos e culturais.

- 4) *Impacto na formação das pessoas que estudam na Fiocruz* - As atividades de Extensão constituem aportes decisivos à formação das pessoas que estudam na Fiocruz, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários dos espaços acadêmicos. Como preconizado na Constituição de

1988 e regulamentado pela Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que aprova a PNE 2014-2024, a participação do estudante nas ações de Extensão deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Acadêmica. O parágrafo único do Art. 2 cita que:

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior (PNE 2014-2024).

Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as responsabilidades dos atores nela envolvidos; e (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Acadêmica e da legislação vigente. Essa estruturação normativa e legal deve orientar o estabelecimento de regras relacionadas a campo de estágio, composição de grade curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares. Desnecessário dizer que a incorporação da estrutura legal e normativa da Extensão Acadêmica na formulação dessas regras deve levar em conta as especificidades de cada região que a Fiocruz está presente.

5) *Impacto e Transformação Social* - A diretriz reafirma a Extensão Acadêmica como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da instituição com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades dos diferentes segmentos da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Social* imprime à Extensão Acadêmica um caráter essencialmente político. Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilégio de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; e (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende, entre outros fatores como contexto político, histórico, etc, do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação, seja a de seus resultados e impactos sociais. É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Acadêmica. A própria Fiocruz, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto e ser transformada. O alcance desses objetivos - impacto e transformação da sociedade e da Fiocruz -, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta

Política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.

### **3) Premissas básicas**

Assim como as diretrizes, os princípios básicos definidos na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX , 2012) foram adaptados para a realidade da Fiocruz:

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas demandas do local, da região, do País;
2. A Fiocruz não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. A Fiocruz deve apoiar os movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil, e a melhoria da qualidade de vida da população, alicerçada no conceito ampliado de saúde;
4. A ação cidadã da Fiocruz não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, devendo, portanto, ser incluídas desde a concepção do projeto até o acesso às informações resultantes dessas pesquisas, passando pelo reconhecimento de sua coautoria;

5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

7. As ações previstas devem estar alinhadas a uma agenda global de compromisso de redução das desigualdades sociais e sustentabilidade, a exemplo da Agenda 2030.

#### **4) Objetivos**

Os objetivos definidos na Política Nacional de Extensão Acadêmica (FORPROEX, 2012) foram adaptados à realidade da Fiocruz:

1. Reafirmar a Extensão Acadêmica como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

2. Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Acadêmica como dimensão relevante da atuação da instituição, como parte da sua missão de formação, integrada a suas demais políticas, principalmente de Comunicação e de Divulgação científica e de seu projeto político-institucional;

3. Contribuir para que a Extensão Acadêmica seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País, principalmente no campo da Saúde e do enfrentamento da desinformação;
4. Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da instituição e da sociedade;
5. Criar condições para a participação da instituição na elaboração de políticas públicas, principalmente voltadas para as minorias mais vulneráveis;
6. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;
7. Defender um financiamento público e transparente destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
8. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades e demandas sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.
9. Estimular a utilização das tecnologias disponíveis e o desenvolvimento de novas tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis disponíveis na instituição;

10. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
11. Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
12. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Acadêmica como um dos parâmetros de avaliação da própria instituição;
13. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;
14. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente entre o Sul-global.
15. Formar a pessoa que pesquisa e que vai levar para sua trajetória profissional a contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação na perspectiva cidadã.

#### **4.1 Objetivos pedagógicos**

- Reafirmar o protagonismo estudantil;
- Aplicar o conhecimento construído ao longo do curso para a solução de demandas da sociedade;
- Atuar de forma responsável e crítica a partir da percepção coletiva e dialógica da troca de saberes promovendo um espaço plural de produção do conhecimento e transformação social;

- Consolidar coletivamente o conceito de cidadania visando seu exercício pleno para a redução das desigualdades;
- Gerar impacto de transformação social, colocando a ciência como um meio que contribua para que as pessoas possam sair de qualquer situação de vulnerabilidade;
- Promover articulação de estudantes com políticas públicas, principalmente na área da saúde;
- Aproximar estudantes da sociedade com postura ética;
- Fortalecer a relação de estudantes com os territórios em que estão inseridos, utilizando seu conhecimento na resolução de demandas da comunidade.
- Valorizar os diferentes saberes tanto quanto o saber científico.
- Incrementar a qualidade de metodologias e processos de aprendizagem desenvolvidos pelos docentes da Fiocruz.
- Estimular nos estudantes a percepção do outro, a partir de todas as suas diversidades (de linguagens, culturas, conhecimentos, étnico-raciais, sexuais, políticas, religiosas, entre outros).
- Estimular a escuta com empatia.

## **5) A Extensão Acadêmica e a governança institucional**

Como dito anteriormente, a extensão acadêmica não é apenas uma nova atividade a ser inserida no contexto educacional, mas também inclui as atividades já previstas na missão institucional em conexão com o processo formativo.

Neste sentido, esta política deve estar estreitamente ligada a outras políticas institucionais, especialmente àquelas que versam sobre questões estudantis e/ou sociais, tais como:

- Política de Apoio ao Estudante;
- Política de Divulgação Científica;
- Política de Comunicação;
- Política de Equidade Étnico-Racial e de Gênero;
- Política de Inclusão e Acessibilidade.

Além da integração com as atuais políticas vigentes, é necessário que haja interseção com as atividades correntes de aproximação com a sociedade que acontecem em todas as Unidades Técnico-científicas e Escritórios da Fiocruz.

Há uma linha tênue entre as ações que já acontecem na Fiocruz e as atividades que têm caráter extensionista, que é a proposta pedagógica da ação. A Fiocruz é mundialmente conhecida por sua atuação de apoio a projetos sociais e uma referência quando se trata de popularização da ciência. Todos esses espaços, físicos ou virtuais, são potenciais espaços de realização de atividades de extensão, desde que haja uma proposta pedagógica de formação cidadã dos seus estudantes. Ou seja, estar no espaço de interação social não forma o cientista para a cidadania plena quando tiramos deste contexto as diretrizes, premissas e objetivos contidos nesta política. A participação em eventos de popularização da ciência (feiras e visitas em escolas, por exemplo), ou iniciativas de participação em projetos sociais, para se caracterizarem como uma atividade de extensão da pós-graduação, devem estar orientadas por uma finalidade educacional e inseridas em uma proposta formativa.



Logo, instâncias como a Cooperação Social, a Coordenação de Divulgação Científica, o Museu da Vida, as instâncias e programas locais (nas Unidades e Escritórios da Fiocruz) de interação com a sociedade, entre outros, devem ser vistos como parceiros nas atividades de extensão. Além de parceiros internos, espaços externos como associações de pacientes, cuidadores e familiares de pacientes, associações de moradores, fóruns sociais, entre outros, podem ser acessados para o desenvolvimento de uma atividade de extensão.

Ainda que haja a liberdade de atuação individual, cabe à Coordenação Geral de Educação (CGE) registrar e monitorar as atividades de extensão realizadas nos cursos da Fiocruz, mantendo atualizado o portfólio institucional de atividades de extensão.

A CGE, em construção coletiva com a comunidade, estabelecerá a estrutura mínima de uma atividade de extensão, sempre considerando o propósito e as finalidades de formação, as premissas e objetivos contidos nesta política.

As atividades de extensão realizadas na Fiocruz, para que sejam caracterizadas como tal, devem, obrigatoriamente, ter um objetivo bem definido, envolver a formação de estudantes matriculados em cursos/programas ofertados pela Fiocruz, definir um *locus* social de atuação, e envolver parceiros no *locus* social que tenham papel funcional na atividade.

As Unidades e Escritórios devem definir seu escopo de atuação, instâncias e fluxos internos que devem ser acionadas para aprovação, registro, monitoramento e avaliação das atividades de extensão, conforme as regras institucionais, premissas e objetivos contidos nesta política.

### **5.1 Tipos de Ações de Extensão na Fiocruz**

As atividades de extensão poderão ser de diferentes naturezas (por exemplo: projetos, cursos, oficinas, eventos/feiras de ciências, prestação de serviços) desde que estejam embasadas nas diretrizes e princípios desta política. Abaixo citaremos cinco grandes eixos em que as ações de extensão poderão ser aplicadas e um rol não exaustivo de ações relacionadas.

- **Eixo Divulgação Científica e Popularização da Ciência** - envolve ações de divulgação científica como participação em feiras de ciências (por exemplo, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT, reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, entre outras, participação nas atividades pedagógicas da Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente e do Programa Meninas e Mulheres na Ciência, outras atividades junto a escolas ou à comunidade.
- **Eixo de informação científica e comunicação pública** - neste eixo estão contemplados a elaboração e disseminação de materiais informativos e comunicacionais sobre temas relacionados à saúde e à ciência em diferentes linguagens, incluindo a participação em produções audiovisuais, com possibilidade de parceria com o Canal Saúde e a Vídeo Saúde.
- **Eixo Estágio em Editoria Científica** - inserção de discentes dos cursos de pós-graduação em atividades de editoria científica (nas revistas da Fiocruz ou na Editora Fiocruz), com ações pedagógicas planejadas que ampliem o seu conhecimento e formação no mundo editorial.
- **Eixo Comunicação com a Sociedade - ações desenvolvidas** a partir de oficinas, jogos (físicos e digitais), ebooks, materiais didáticos, infográficos interativos ou outro tipo de estratégia ou instrumento que facilite a interação com diferentes grupos da sociedade.
- **Eixo de Cooperação Social nos Territórios** - atividades desenvolvidas junto a organizações parceiras e comunitárias em diferentes territórios, especialmente voltadas aos grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 dez. 2018, p. 49.

CESSE, Eduarda Ângela Pessoa; DE SOUZA, Mariana Conceição. O fazer científico: caminhos e ferramentas para geração de conhecimento em saúde. Editora Autografia, 2024.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília, DF: Forproex, 2012. 52 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

RUFINO, Luiz. Pedagogia da Encruzilhada: Autonomia, Emancipação e Resistência Negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.